



ID: 115427674

03-02-2025

Prefere um reitor maquiavélico ou um populista?



Ricardo Paes Mamede

O Governo quer alterar a lei que enquadra o ensino superior em Portugal. Entre as mudanças, há duas que assentam em equívocos

Houve um tempo em que só uma ínfima proporção da juventude portuguesa frequentava a universidade. Nessa época, a vida das instituições de ensino superior era assunto que só poderia interessar às elites de Coimbra, Porto e Lisboa. Já não é bem assim.

Hoje são cerca de 450 mil os estudantes inscritos nas universidades e nos institutos politécnicos em Portugal. Mais de metade dos jovens portugueses com 20 anos encontra-se a frequentar este nível de ensino e o número de diplomados entre os 30 e os 34 é superior a 40%. Todas as capitais de distrito e várias outras cidades portuguesas contam hoje com a presença daquele tipo de instituições.

Formar pessoas com conhecimentos e competências avançadas é a principal função e o maior contributo que o sistema de ensino superior dá para o desenvolvimento do país – mas não é o único. Muitos investigadores da academia portuguesa contribuem de forma activa para o avanço da ciência e da cultura à escala mundial. Cada vez mais as universidades e os politécnicos são parceiros de empresas e centros tecnológicos na resolução de problemas e no desenvolvimento de inovações. Dão também um apoio crucial em várias áreas de intervenção do Estado, aos níveis central e local. A presença das universidades e dos politécnicos, tanto nos grandes centros urbanos como nas regiões do interior, é um factor relevante para a fixação de pessoas e empresas, e para a atracção de investimento.

A natureza, os objectivos e o funcionamento das instituições de ensino superior deveriam, por isso, interessar a todos. Quase sempre, no entanto, a discussão sobre as decisões políticas tomadas neste âmbito fica circunscrita ao governo, ao Parlamento, à academia e aos sindicatos do sector. Nem ao Presidente da República – que não hesita em pronunciar-se sobre os assuntos internos da justiça ou da saúde, por exemplo – costumamos ouvir falar sobre o tema.

Não será, por isso, surpreendente que muitos não saibam que está em curso uma reforma do ensino superior em Portugal. A discussão gira em torno do chamado RJIES,



RUI GAUDÊNCIO

sigla pouco atractiva que representa a lei que enquadra o sistema de ensino superior em Portugal e que o governo se propõe agora alterar.

Entre as várias mudanças que o executivo pretende introduzir no RJIES, há duas que assentam em equívocos e que, pelas suas implicações, vale a pena aqui realçar. A primeira tem a ver com a diferença de papéis entre as Universidades e os Institutos Politécnicos. A segunda com a forma de eleição dos reitores (no caso das Universidades) ou presidentes (no caso dos Politécnicos).

Em Portugal, à semelhança de muitos outros países, o ensino superior foi concebido como um sistema binário: as Universidades dedicam-se à investigação científica, suportada na investigação realizada por docentes e investigadores; o ensino politécnico seria orientado para formações vocacionais e para formações técnicas avançadas, mais relacionadas com o exercício de profissões concretas e com necessidades específicas do tecido produtivo. O ministro da tutela afirma, com razão, que a distinção vinculada entre universidades e politécnicos está desactualizada. De facto, muitos politécnicos desenvolvem hoje actividades de investigação científica; e quase todas as universidades oferecem cursos que visam

responder a necessidades crescentes de profissionais em áreas específicas.

A proposta actual do Governo procura diluir a distinção entre os dois subsistemas, sem, porém, os eliminar. Pede-se a cada um deles que faça “tendencialmente” aquilo que estava antes previsto na lei. O problema é que o advérbio de modo é uma expressão ambígua, que deixa em aberto os seus próprios limites. O risco é óbvio: todas as instituições acabarão, “tendencialmente”, por desempenhar papéis muito semelhantes entre si, deixando por preencher várias necessidades de desenvolvimento científico,

“

Aos deputados apelo que dêem menos autonomia na definição de propósitos e valores fundamentais, e mais espaço para a definição dos processos internos

cultural e económico do país.

Ainda mais equívoca é a forma como o Governo se propõe resolver um problema central criado pelo anterior RJIES, aprovado em 2007: a concentração excessiva de poder nas mãos dos reitores. As instituições de ensino superior deixaram então de ter direcções colegiais, o reitor passou a ser eleito por um Conselho Geral e tem um poder decisivo na gestão das unidades orgânicas que gerem as academias aos níveis científico e pedagógico (departamentos, escolas, etc.). O executivo propõe-se resolver o que diz serem “fragilidades na democraticidade” no funcionamento das instituições, passando a exigir que o reitor seja eleito através do voto directo da comunidade académica (docentes, alunos e funcionários) e também dos ex-alunos.

A ideia de voto directo é, à partida, apelativa para quem defende instituições participadas e inclusivas. Mas há aqui um equívoco: mais do que o modo de eleição, o que diminuiu a democracia nas universidades foi a excessiva personalização da função e a concentração de poderes no reitor. Ao manter estes aspectos inalterados, a reforma agora proposta arrisca-se a agravar o problema: se até aqui o reitor, para ser eleito e para se manter no cargo, tinha de assegurar o apoio de um conjunto de membros internos e externos à instituição (o que poderia fazer recorrendo a estratégias mais ou menos manipuladoras), com a eleição directa passaremos a ter um reitor todo-poderoso, que governará sem amarras, com o à-vontade acrescido de quem se sente legitimado pelo voto popular (conquistado através de métodos mais ou menos populistas).

O maior pecado que o Governo se arrisca a cometer neste processo é o de querer impor a todas as instituições um modelo de eleição dos reitores/presidentes que será muito mais adequado nuns contextos do que noutros. Em Portugal temos casos como o da Universidade de Lisboa, com cerca de 50 mil estudantes inscritos e centenas de milhares de ex-alunos, a par de instituições como o Politécnico de Tomar, com menos de três mil estudantes e uma quantidade proporcional de *alumni*. Escolher entre um sistema de democracia eleitoral directa ou de democracia representativa não terá, com certeza, o mesmo efeito em contextos tão distintos.

Um dia destes a Assembleia da República será chamada a discutir a proposta de lei do Governo. Aos deputados deixo dois apelos. Primeiro, assegurem que a democracia sai reforçada nas universidades e nos politécnicos, mas deixem margem para que as instituições decidam qual a forma mais adequada de o fazer. Segundo, aproveitem a revisão do RJIES para definirem condições mais claras e exigentes sobre o que devem ser e fazer as Universidades e os Politécnicos. Em suma, dêem menos autonomia na definição de propósitos e valores fundamentais, e mais espaço para a definição dos processos internos.

Economista e professor do ISCTE